Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 — Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

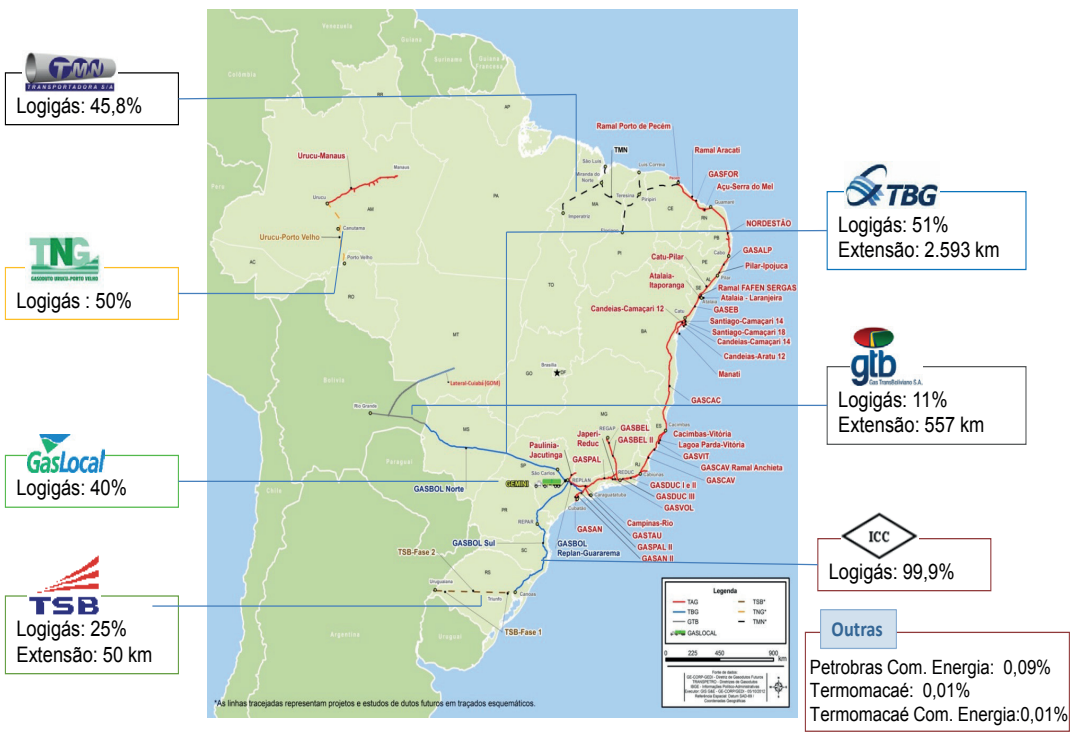
A Administração da Petrobras Logística de Gás S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Estas demonstrações estão compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes PriceWaterhouseCoopers, com o qual esta Administração está de acordo.

A Petrobras Logística de Gás S.A. ("Companhia") é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída no dia 10 de dezembro de 2015 no âmbito do processo de cisão parcial da empresa Petrobras Gás S.A. – Gaspetro ("Gaspetro"), aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas da Gaspetro.

A cisão parcial teve como objetivo a segregação dos ativos e passivos da Gaspetro não relacionados às atividades de distribuição de gás natural canalizado. Os ativos segregados estão relacionados às atividades de transporte de gás natural e outras participações societárias, que compuseram o Patrimônio Líquido da Companhia.

O conjunto de participações societárias que a Companhia detém, fruto da versão da parcela cindida da Gaspetro, está representado e detalhado no gráfico abaixo:

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA COMPANHIA



Antes de abordar os resultados auferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, cumpre destacar ainda que a versão da parcela cindida para criação da Companhia teve como base o "Laudo de Avaliação do Acervo Líquido formado por Determinados Ativos e Passivos Apurados por Meio dos Livros Contábeis", elaborado pela empresa Audilink Auditores e Consultores, que avaliou o valor contábil dos ativos vertidos no montante de R$ 957,4 milhões.

DESTAQUES 2015

As transportadoras de gás natural nas quais a Companhia detém participação são responsáveis pela operação de gasodutos de importância estratégica para o Brasil.

Em sua carteira, a Companhia detém participação relevante na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A (TBG), proprietária e responsável pela operação do trecho brasileiro do Gasoduto Bolívia-Brasil ("Gasbol"), que liga Corumbá (MS) a Canoas (RS) com 2.593 km e uma capacidade total contratada de 30 milhões de m³/dia, para transporte de gás natural boliviano. Ao longo da extensão do gasoduto, a TBG possui 15 estações de compressão e 50 pontos de entrega. O nível médio de utilização destes ativos em 2015 atingiu quase a totalidade da capacidade contratada, com o transporte médio de 29 milhões de m³/dia.

A Companhia também detém participação em outras transportadoras de gás natural no cenário brasileiro, como a Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB), proprietária de ativos de transporte no Estado do Rio Grande do Sul com extensão de 50 km de gasodutos, compostos de dois trechos de 25 km, que movimentam por meio do Trecho 1, gás natural proveniente da Argentina para abastecimento da Usina Termoelétrica de Uruguaiana, e por meio do Trecho 3, gás natural boliviano, a partir do ponto de interconexão com a TBG, em Canoas (RS), para abastecimento do Pólo Petroquímico de Triunfo (RS). O volume médio transportado no ano de 2015 foi de 467 mil m³/dia, de uma capacidade contratada de 800 mil m³/dia no Trecho 3 e capacidade de escoamento de 2,40 milhões de m³/dia no Trecho 1.

Além das participações no mercado brasileiro, a Companhia mantém participação na Gás Transboliviano S.A. (GTB), proprietária e responsável pela operação de 557 km de gasodutos, componentes do trecho boliviano do Gasbol, que vai de Rio Grande, na Bolívia, até a fronteira com o Brasil, em Corumbá (MS). O gasoduto tem uma capacidade total para o transporte de gás natural de 32,9 milhões de m³/dia, sendo 30 milhões de m³/dia reservados para entrega ao Brasil, na divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul, e 2,82 milhões de m³/dia, para entrega em Chiquitos, na interconexão com o Gasoduto Lateral Cuiabá, que entrega gás ao Brasil, na divisa com o Estado de Mato Grosso, e atendimento ao mercado boliviano.

RESULTADO 2015

O lucro líquido da Companhia, que reflete apenas os 21 dias do mês de dezembro de 2015 posteriores à sua constituição, foi totalizado em R$ 50,1 milhões, e decorre principalmente de: (i) resultado de equivalência patrimonial com a controlada TBG e (ii) reflexos dos juros e da variação monetária sobre o empréstimo subordinado com esta mesma controlada, que está vinculado à variação do dólar norte americano no período.

A Administração da Companhia está propondo a distribuição de dividendos referente ao Exercício de 2015 da seguinte forma: (i) 23 milhões a título de dividendos mínimos obrigatórios; (ii) R$ 24 milhões a título de dividendos adicionais propostos referente ao lucro do exercício; e (iii) R$ 100 milhões a título de dividendos adicionais propostos com a reversão total da reserva de lucros.

AGRADECIMENTOS

A Companhia vem adotando, desde sua constituição, as melhores práticas de Governança Corporativa e se prepara para ser, a cada dia, uma gestora de participações sólida, capaz de enfrentar os desafios do futuro e agregar cada vez mais valor ao seu acionista.

Nas próximas páginas, serão detalhados os números e resultados alcançados pela Companhia e suas investidas, na certeza de que esse é apenas o início de uma longa trajetória de sucesso.

Gostaríamos de registrar, por fim, nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e colaboradores, por suas contribuições valiosas na constituição e desenvolvimento da Companhia.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016.
Roberto Murilo Carvalho de Souza
Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Azevedo
Diretor Presidente

Balanço Patrimonial
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado 2015	Controladora 2015
Circulante			
Valores em custódia		400	400
Contas a receber, líquidas	8	631	87
Impostos e contribuições	14	32	-
Outros ativos circulantes		7	-
		1.070	**487**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	8	-	383
Depósitos vinculados		7	-
Depósitos judiciais	22.1	4	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	22	22
		33	**405**
Investimentos	9	67	294
Imobilizado	10	2.206	1
Intangível		9	-
		2.315	**700**
		3.385	**1.187**

Passivo	Nota	Consolidado 2015	Controladora 2015
Circulante			
Fornecedores	11	48	25
Adiantamento de clientes		60	-
Financiamentos	12	83	-
Imposto de renda e contribuição social		82	6
Impostos e contribuições	14	61	1
Dividendos propostos - acionista da Logigás	16.3	23	23
Dividendos propostos - acionistas não controladores		69	-
Provisão para recuperação ambiental	22.1	46	46
Outras contas e despesas a pagar		24	-
		496	**101**
Não circulante			
Adiantamento de cliente	13.1.2	987	-
Financiamentos	12	514	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.2	53	-
Planos de pensão e saúde	15.1	29	-
Outras contas e despesas a pagar		10	-
		1.593	**-**
		2.089	**101**
Patrimônio líquido	16		
Capital social realizado		957	957
Reservas de lucros		124	127
Outros resultados abrangentes		**2**	**2**
		1.083	**1.086**
Participações dos acionistas não controladores	9.4	213	-
		1.296	**1.086**
		3.385	**1.187**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultado
Período de 10 à 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de reias, exceto quando indicado ao contrário)

	Nota	Consolidado 2015	Controladora 2015
Receita de vendas e serviços	18	124	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(28)	-
Lucro bruto		**96**	**-**
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	20	(11)	(2)
Tributárias	20	7	(2)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	**5**	**5**
		1	1
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**97**	**1**
Resultado financeiro líquido	21	2	18
Receitas financeiras		19	5
Despesas financeiras		(6)	-
Variações monetárias e cambiais líquidas		(11)	13
Resultado de participações em investimentos	10.2	1	28
Lucro antes dos impostos		**104**	**47**
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(27)	3
Lucro líquido		**77**	**50**
Atribuível aos:			
Acionistas da Logigás		50	50
Acionistas não controladores		27	-
		77	**50**
Lucro básico e diluído por ação (em R$)	17.4	0,17	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de Resultados Abrangentes
Período de 10 à 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de reais)

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Lucro líquido	77	50
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	1	1
Imposto diferido	(2)	(2)
Resultados abrangentes total	**76**	**49**
Resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas da Logigás	49	49
Acionistas não controladores	27	-
Resultado abrangente total	**76**	**49**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

		Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros						
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da Lógigas - Cisão parcial da Gaspetro	957	3	-	-	100	1.060	(3)	253	1.310
Lucro líquido					50	50		27	77
Outros resultados abrangentes		(1)				(1)		(1)	(2)
Destinações:									
Apropriações do lucro líquido em reservas			3		(3)	-			
Dividendos	-	-	-	124	(147)	(23)	-	(66)	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	957	2	3	124	-	1.086	(3)	213	1.296
	957	2			127	1.086	(3)	213	1.296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PETROBRAS

Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 — Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de Minas e Energia

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Período de 10 à 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Logigás	50	50
Ajustes para:		
Resultado dos acionistas não controladores	27	-
Despesa atuarial de plano de pensão e saúde	(3)	-
Resultado de participações em investimentos	(1)	(28)
Depreciação e amortização	14	-
Resultado com alienações / baixa de ativos		
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e outras	23	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos		
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(2)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(7)	(7)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(63)	(25)
Outros ativos	21	(19)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	48	25
Impostos e contribuições	33	6
Outros passivos	(91)	(25)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	49	(23)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		-
Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	(5)	-
Resgates (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	(19)	-
Dividendos recebidos	-	23
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(24)	23
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		-
Amortizações de principal	(36)	-
Amortizações de juros	(5)	-
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(41)	-
Reorganização Societária	16	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(16)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado
Período de 10 à 31 de dezembro de 2015
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Receitas		
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	181	5
	181	5
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos para revenda	(5)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6)	(2)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	(1)	-
	(12)	(2)
Valor adicionado bruto	169	3
Depreciação e amortização	(14)	-
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	155	3
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	1	28
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	19	18
	20	46
Valor adicionado a distribuir	175	49
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e participações	7	-
FGTS	1	-
	8	-
Tributos		-
Federais	63	(1)
Estaduais	10	-
	73	(1)
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações cambiais e monetárias	17	-
Despesas de aluguéis	-	-
	17	-
Acionistas	-	-
Dividendos	47	47
Resultado dos acionistas não controladores	27	-
Lucros retidos	3	3
	77	50
Valor adicionado distribuído	175	49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas
(Em milhões de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (denominadas, em conjunto, "Logigás" ou a "Companhia"), tem por objeto a participação como sócia ou acionista de outras sociedades, podendo constituir sociedades, sob qualquer forma jurídica, bem como a produção, o comércio, a importação, a exportação, a armazenagem e o transporte de gás natural, de gás liquefeito de petróleo e de gases raros de quaisquer origens.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Logigás, destaca-se a controlada Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG ("TBG"), além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligada), descritas na nota 9.1.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petroléo Brasileiro S.A – Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2. Reorganização societária

2.1. Constituição da Companhia

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 2015, na forma de sociedade anônima e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A..

2.2. Incorporação da parcela cindida da Petrobras Gás S.A.

Em 10 de dezembro de 2015 foi aprovado a cisão parcial do patrimônio da Petrobras Gás S.A – Gaspetro, com versão da parcela cindida para a Petrobras Logística de Gás, tomando–se por base os registros contábeis constantes nas demonstrações contábeis de 31 de maio de 2015, conforme consta nos termos do Protocolo de Justificação de Cisão de 04 de novembro de 2015, sem mudança de seu objeto social e sem solidariedade, nos termos do Artigo 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades Anônimas.

O acervo líquido cindido, na data base 31 de maio de 2015, suportado por laudo de avaliação emitido por perito independente, era composto pelos seguintes elementos patrimoniais:

Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	-
Contas a receber, líquidas	409	Fornecedores	24
Outros ativos circulantes	3	Provisão para recuperação ambiental	46
	412		70
Não circulante			-
Realizável a longo prazo			-
Contas a receber, líquidas	370	Acervo líquido cindido	1.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15		-
	385		-
			-
Investimentos	333		-
Imobilizado	1		-
	334		-
	1.131		1.131

3. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

-As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

-As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

-Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.315/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 24 de março de 2016, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

3.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Logigás e de suas controladas é o Real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4."Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira deflagrou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014 e ao longo de 2015, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex--empregados da Petrobras.

A Petrobras contratou em outubro de 2014 e continua em andamento a investigação interna realizada por dois escritórios independentes: o escritório americano, Gibson, Dunn & Crutcher LLP e o escritório brasileiro, Trench, Rossi e Watanabe Advogados.

As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Logística de Gás S.A - Logigás. Até o presente momento os processos investigatórios interno e externo não identificaram nenhuma irregularidade na Petrobras Logística de Gás S.A - Logigás.

5.Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1.Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Logigás e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Logigás possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 9.1 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como do saldo e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.1.1.Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido 31.12.2015	Lucro líquido 2015
Consolidado - IFRS	1.296	77
Patrimônio de acionistas não controladores	(213)	(27)
Despesas diferidas líquidas de IR	3	-
Controladora - CPC	1.086	50

5.2.Instrumentos financeiros

5.2.1.Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.2.2.Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

5.2.3.Financiamentos

São reconhecidos pelo valor justo menos os custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa de juros efetiva.

5.2.4.Instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

As mudanças de valor justo dos derivativos são registradas em cada exercício como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período, exceto quando a transação for elegível e caracterizada como um hedge efetivo na modalidade de fluxo de caixa.

Nas operações envolvendo derivativos designados e qualificados como instrumentos de hedge de fluxo de caixa, a parcela eficaz dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes e transferidos para o resultado quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela ineficaz do hedge é registrada no resultado do período.

5.3.Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.4.Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.5.Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 10.

5.6.Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment). É composto por softwares.

5.7.Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio (goodwill), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

5.8.Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.9.Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a)Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lu-

cro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), cujos efeitos nas demonstrações contábeis não foram materiais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte.

b)Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável, são reconhecidos na proporção da probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros, projetados de acordo com estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia, e da existência de passivos fiscais diferidos originados de diferenças temporárias tributáveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por entidade contribuinte.

5.10. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidos quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem os ganhos e perdas atuariais.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

5.11.Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

5.12.Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em plano de pensão como benefício definido.

5.13.Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural, que inclui cláusulas de “ship or pay”, na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6.Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1.Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (impairment)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2.Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

-Taxa de desconto - compreende a curva da inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

-Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 5 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

6.3.Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Logigás com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 22.

7.Novas normas e interpretações

a)IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2015 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
Emenda ao IFRS 11 "Negócios em conjunto	Determina que uma entidade que adquire participação em uma operação em conjunto (IFRS 11/CPC 19) que atende a definição de um negócio (IFRS 3/CPC 15), contabilize a aquisição seguindo os mesmos princípios usados em combinações de negócios.	1º de janeiro de 2016
Emenda ao IFRS 10 "Demonstrações Consolidadas" e IAS 28 "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto"	Determinam que quando um ativo for vendido para, ou aportado em uma coligada ou em um empreendimento controlado em conjunto, e o ativo atende a definição de negócio (IFRS 3/CPC15), o ganho ou perda deve ser reconhecido integralmente pelo investidor (independentemente da participação de terceiros na coligada ou no empreendimento controlado em conjunto).	Postergada indefinidamente.
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge.	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamento mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

8.Contas a receber

8.1.Contas a receber, líquidas

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Clientes		
Terceiros	14	8
Partes relacionadas (Nota explicativa 13)	455	462
Recebíveis de ativos financeiros (a)	162	-
	631	470
Circulante	631	87
Não circulante	-	383

a)Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP deve ser tratada como um ativo financeiro classificado na categoria "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 23.3.

9.Investimentos

9.1.Investimentos diretos (Controladora)

	% de Participação direta da Logigás	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (*)
Empresa Consolidada				
Controlada				
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (1)	51,00%	51,00%	436	54
Empreendimentos controlados em conjunto (*)				
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda. (2)	40,00%	40,00%	83	1
TMN Transportadora S.A. (2)	45,00%	50,00%	8	-
TNG Participações Ltda. (2)	50,00%	50,00%	-	-
Coligada (*)				
Transportadora Sul-brasileira de Gás S.A. - TSB (2)	25,00%	25,00%	23	-

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Logigás, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas foram utilizadas demonstrações contábeis referente ao mês de novembro de 2015.

(1) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(2) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentaram opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2015.

9.2.Mutação dos investimentos (Controladora)

	Reorganização societária	Resultado de participação em investimentos	Dividendos	Saldo em 31.12.2015
Subsidiárias e controladas				
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	264	27	(68)	223
Indústria Carboquímica Catarinense S.A - ICC	1	-	-	1
Empreendimentos controlados em conjunto				
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda.	33	1	-	34
TMN Transportadora S.A.	6	-	-	6
Coligada				
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	6	-	-	6
Total	310	28	(68)	270

	2015
Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas	270
Investimento na Gas Transboliviano S.A. - GTB, avaliado por metódo de custo	24
Total dos investimentos	294

Subsidiárias, controladas, operações/empreendimentos em conjunto e coligadas
Investimento na Gas Transboliviano S.A. - GTB, avaliado por metódo de custo
Total dos investimentos

9.3.Informações sobre a controlada

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG - Constituída em 18 de abril de 1997, tem por objeto social a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, no lado brasileiro, e as atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica.

9.4.Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R$ 213, que são atribuíveis aos acionistas não controladores da Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.. A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:

	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. 2015
Ativo circulante	364
Ativo realizável a longo prazo	1
Imobilizado	1.081
Outros ativos não circulantes	4
	1.450
Passivo circulante	268
Passivo não circulante	969
Patrimônio líquido	213
	1.450
Receita operacional líquida	(61)
Lucro líquido do exercício	27
Caixa e equivalentes de caixa gerado no período	-

9.5.Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada ao transporte de gás. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2015 Empreendimentos controlados em conjunto	2015 Coligadas
Ativo Circulante	75	5
Ativo Realizável a Longo Prazo	3	-
Imobilizado	54	18
Intangível	-	1
	132	24
Passivo Circulante	31	1
Passivo não circulante	10	-
Patrimônio Líquido	91	23
	132	24
Receita Operacional Líquida	5	1
Lucro Líquido do período	1	-
Percentual de Participação - %	40% a 50%	25%

10.Imobilizado

10.1.Por tipo de ativos

	Terrenos, edificações e benfeitorias	Gasodutos e equipamentos de transporte	Ativos em construção	Consolidado Total	Controladora Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-
Adições		5		5	
Reorganização societária	6	2.166	43	2.215	1
Transferências	-	21	(21)	-	-
Depreciação	-	(14)	-	(14)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6	2.178	22	2.206	1
Custo	13	4.486	22	4.521	1
Depreciação acumulada	(7)	(2.308)	-	(2.315)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	6	2.178	22	2.206	1
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	4 a 25 (exceto terrenos)	30			

10.2.Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

Vida útil estimada	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens - Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 2015
até 5 anos	18	(14)	4
6 - 10 anos	26	(21)	5
11 - 15 anos	-	-	-
16 - 20 anos	-	-	-
21 - 25 anos	12	(7)	5
26 - 30 anos	4.443	(2.273)	2.170
	4.499	(2.315)	2.184
Edificações e benfeitorias	13	(7)	6
Equipamentos e outros bens	4.486	(2.308)	2.178

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2015, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

11.Fornecedores

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Terceiros no país	24	1
Partes relacionadas (Nota explicativa 13)	24	24
Saldo total no Passivo Circulante	48	25

12.Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Mercado Bancário	Outros	Consolidado Total
Não Circulante			
No exterior			
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-	-
Variações monetárias e cambiais	2	5	7
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(38)	-	(38)
Reorganização societária (nota explicativa nº 2)	182	363	545
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	146	368	514
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	146	368	514

	Consolidado 2015
Circulante	
Parcela Circulante do Endividamento de Longo Prazo	77
Juros Provisionados	6
	83

12.1.Informações sumarizadas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Total	Consolidado Valor justo
Financiamentos em Dólares (US$):	83	78	436	597	589
Indexados a taxas flutuantes	55	55	56	166	139
Indexados a taxas fixas	28	23	380	431	450
Taxa média dos financiamentos	-	-	-	12,48%	-
Total em 31 de dezembro de 2015	83	78	436	597	589

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variação cambial é apresentada na nota explicativa 23.

12.2.Garantias

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

13.Partes relacionadas

13.1.Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado 2015			Controladora 2015		
	Petrobras	Outras(*)	Total	Petrobras	TBG	Total
Resultado						
Receita de vendas e serviços	177	-	177	-	-	-
Custos com aluguel de equip. e serviços de operação de gasodutos	-	14	14	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	(10)	-	(10)	-	13	13
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	3	3
	167	14	181	-	16	16
Ativo						
Circulante						
Contas a receber, principalmente por transporte de gás natural (a)	455	-	455	-	5	5
Dividendos a receber	-	-	-	-	68	68
Encargos sobre empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	6	6
	455	-	455	-	79	79
Não circulante						
Empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	383	383
	-	-	-	-	383	383
	455	-	455	-	462	462
Passivo						
Circulante						
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (c)	60	-	60	-	-	-
Fornecedores vinculados a repasse de gastos	24	-	24	24	-	24
Dividendos propostos	23	-	23	23	-	23
Outras contas a pagar - cessão faixa de servidão	3	-	3	-	-	-
	110	-	110	47	-	47
Não circulante						
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (c)	987	-	987	-	-	-
Outras Contas a pagar - cessão faixa de servidão	10	-	10	-	-	-
	997	-	997	-	-	-
	1.107	-	1.107	47	-	47

a)O valor relacionado à Petrobras refere-se principalmente às operações de transporte de gás natural canalizado.

b) valor a receber da TBG (empréstimo "sub-loan") é remunerado com base na variação cambial do Dólar norte-americano mais juros de 15% a.a., capitalizados anualmente.

c)Nos contratos em dólares norte-americanos, os prazos variam de 12,5 a 15 anos com "spreads" de 2,5% a 3% a.a. acima da LIBOR. Nos contratos em ienes, os prazos são de 12 anos a taxas variáveis.

(*) Inclui empreendimentos controlados em conjunto.

As principais operações realizadas com as partes relacionadas referem-se a contas a pagar à Petrobras, decorrentes de repasse de gastos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, acrescidas de encargos financeiros compatíveis com os de mercado para operações semelhantes; adiantamentos efetuados pela Petrobras referentes ao contrato de compra antecipada de capacidade de transporte (TCO) e que se destinaram ao financiamento da construção do gasoduto, sujeitos à atualização com base na taxa do dólar norte-americano e financiamentos firmados entre a controladora da Gaspetro e instituições financeiras para aquisição de materiais e equipamentos, repassados à TBG mediante contratos e nas mesmas condições contratadas.

Quanto ao relacionamento da TBG com a controladora da Logigás, que envolve transações comerciais relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos com cláusulas de "Ship-or-Pay" de longo prazo. Pela especificidade do empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica dos investimentos realizados.

13.1.1.Efeito cambial sobre a tarifa da TBG

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2015 foi apurado o montante de R$ 334 a ser recuperado, em 2016, via aumento de tarifa (em 2014 foi apurado o montante de R$ 10, devolvido em 2015 via redução de tarifa).

13.1.2.Adiantamentos recebidos pela TBG da Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

13.2.Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de dezembro de 2015. Foi deliberada a fixação do montante global de R$ 998 mil válida para o período compreendido entre abril de 2015 e março de 2016.

Os demais membros da Diretoria são remunerados diretamente pelos acionistas e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

14.Tributos

14.1.Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado Ativo Circulante 2015	Consolidado Passivo Circulante 2015
IRPJ - Antecipação	56	-
CSLL - Antecipação	19	-
Imposto de renda	-	115
Contribuição social	-	42
	75	157

	Controladora Ativo Circulante 2015	Controladora Passivo Circulante 2015
Imposto de renda	-	4
Contribuição social	-	2
	-	6

Demais impostos e contribuições

	Consolidado Ativo Circulante 2015	Consolidado Passivo Circulante 2015
ICMS	-	10
PIS/COFINS	27	50
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	5	-
Outros	-	1
	32	61

	Controladora Ativo Circulante 2015	Controladora Passivo Circulante 2015
PIS/COFINS	-	1
	-	1

14.2.Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a)A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Imobilizado e Intangível	Empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos	Provisão para processos judiciais	outros	Consolidado Total	Controladora Total
Em 31 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	-
Reconhecido no resultado do exercício	(93)	195	-	(83)	19	7
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	(2)	(2)	-
Reorganização societária (nota explicativa 2)	-	(73)	15	10	(48)	15
Em 31 de dezembro de 2015	(93)	122	15	(75)	(31)	22
Impostos diferidos ativos					22	22
Impostos diferidos passivos					(53)	-
Em 31 de dezembro de 2015					(31)	22

b)Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos		
		Consolidado	Controladora
	Ativos	Passivos	Ativos
2016	1	17	1
2017 em diante	21	36	21
	22	53	22

14.3.Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Lucro antes dos impostos	104	47
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(35)	(16)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	8	9
Participação em controladas e coligadas	-	10
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(27)	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	7
Imposto de renda e contribuição social correntes	(46)	(4)
	(27)	3
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	26%	(6)%

15. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado 2015
Passivo não circulante	
Plano de Pensão Petros 2	2
Plano de Saúde AMS	27
	29

15.1. Plano Petros 2

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a TBG implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, con-

forme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2016 é de R$ 6, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2015 é de 29,58 anos.

15.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil Bolívia – TBG mantêm um plano de assistência média (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os funcionários contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2015 é de 27,55 anos

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2015 o capital subscrito e integralizado no valor de R$ 957 está representado por 286.372 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

16.2. Reservas de Lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

16.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2015, que está sendo encaminhado pela administração da Logigás à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016, no montante de R$ 47, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2015
Lucro líquido do período (Controladora)	50
Apropriação:	
Reserva legal	(3)
Lucro básico para determinação do dividendo	47
Dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 50% do lucro básico - R$ 87,54 por ação ordinária	24
Dividendos adicional proposto - R$ 87,54 por ação ordinária	23
Total de dividendos propostos	47

Os dividendos propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2015 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

16.4. Resultado por ação

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Logigás	50	50
Quantidade de ações ordinárias	286.372	286.372
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R$ por ação)	0,17	0,17

17. Receita de vendas e serviços

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Receita bruta de serviços	177	-
Encargos sobre serviços	(53)	-
Receita de serviços	124	-
Receita de vendas e serviços	124	-

18. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Dividendos a receber provisionados (GTB)	5	5

19. Despesas por natureza

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Gastos com pessoal	(15)	-
Depreciação e amortização	(14)	-
Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais	(6)	-
Tributárias	7	(2)
Dividendos (GTB)	5	5
Outros	(4)	(2)
	(27)	1
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços prestados	(28)	-
Despesas gerais e administrativas	(11)	(2)
Tributárias	7	(2)
Outras (despesas) receitas, líquidas	5	5
	(27)	1

20. Resultado financeiro líquido

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	(11)	-
Despesa com endividamentos	(6)	-
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(17)	-
Resultado com títulos e valores mobiliários	4	2
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	15	3
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	-	13
Resultado financeiro líquido	2	18
Receitas	19	5
Despesas	(6)	-
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(11)	13
	2	18

21. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda e contribuição social	6	-
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	3	-

22.Processos judiciais e contingências

22.1.Processos judiciais provisionados, Depósitos Judiciais e Processos Judiciais não provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e razoavelmente estimáveis. Dentre as quais, as principais são referentes à recuperação do terreno utilizado pela ICC (Indústria Carboquímica Catarinense S/A), em Criciúma/SC.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado 2015	Controladora 2015
Passivo circulante		
Provisão para recuperação ambiental	46	46
	46	46

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado 2015	Controladora 2015
Trabalhistas	1	-
Outros	3	-
	4	-

Os processos judiciais não provisionados cuja probabilidade de perda é considerada possível não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são divulgados, a menos que a expectativa de ocorrer qualquer desembolso seja remota.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2015 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir (Consolidado):

Natureza	Estimativa
Cíveis	257
Trabalhistas	30
Fiscais	6
	293

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição do processo de natureza cível	Estimativa
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.	
1) Indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico--financeiro do contrato.	
Situação atual: Efetuado pagamento dos honorários periciais pelas partes. Aguardando finalização dos trabalhos periciais.	170
Autor: Mendes Junior Trading e Engenharia Ltda	
2) Indenização por conta de prejuízos na execução de serviços contratados.	
Situação atual: Solicitado pela TBG esclarecimentos ao laudo pericial. Aguardando manifestação do perito.	70
Total de processos de natureza cível	240

23.Gerenciamento de riscos

A gestão da Logigás é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.1.Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá--los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da TBG em 31 de dezembro de 2015 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado a seguir, cujos saldos estão valorizados pela taxa de fechamento de 3,9048:

	2015
Com instituições financeiras, em dólar norte-americano - TBG	223
Com os demais acionistas, em dólar norte-americano - TBG	374
	597

Na TBG os adiantamentos recebidos da Petrobras por conta de capacidade de transporte, cujo saldo em 2015 era de R$ 1.047, não foram considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

As receitas de serviços de transporte da TBG são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial natural ao longo prazo.

Para os compromissos de curto prazo, a TBG tem como política minimizar o impacto das variações cambiais, através da aplicação de recursos em fundos cambiais atrelados à variação do dólar norte-americano.

d)Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2015, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

	Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Em 31.12.2015			
Financiamentos (Dólar norte--americano)	597	149	299

23.2.Gerenciamento de risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

Na TBG, os empréstimos e financiamentos foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis para reduzir os efeitos das flutuações nas taxas de juros. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências de crédito à exportação que, historicamente, têm volatilidade menor que as taxas de mercado, conforme se segue:

	Consolidado 2015
Total com taxas fixas	431
Total com taxas variáveis	166
	597

23.3.Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de valores depositados em custódia e de investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na possibilidade de não saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro 2015. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de valores em custódia e investimento em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

23.4.Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

23.5.eguros (não auditado)

Para proteção de seu patrimônio a Logigás transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

24.Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos de valores em custódia e títulos e valores mobiliários, da dívida de curto prazo, bem como de demais ativos e passivos de longo prazo são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ROBERTO MURILO CARVALHO DE SOUZA
Presidente

ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS
Conselheiro

IGOR MUNIZ
Conselheiro

GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

RICARDO SANTOS AZEVEDO
Diretor Presidente

RAFAEL SENNA SANTOS IMBUZEIRO
Diretor

ANA CLARA DA SILVA MOURA
Diretora

ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO
Contador
CRC-RJ-087118/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ao Administradores e Acionista
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos, também, as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás e sua controlada ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Demonstrações Contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a manutenção do diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota 1 e 13 às demonstrações contábeis, que descreve que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Christiano Augusto Beleze dos Santos
Contador CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ